

# Presidente da Funai deixa o cargo criticando o governo

*Júlio Gaiger, terceiro ocupante do posto no governo FHC, se diz vítima de resistência à reestruturação que promovia no órgão*

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Júlio Gaiger, pediu demissão do cargo acusando o governo de não ter dado apoio ao programa de reestruturação do órgão. Gaiger estava desgastado politicamente desde que os índios guajajara e cricati, do Maranhão, atearam fogo em duas torres de transmissão de energia elétrica no estado. Segundo assessores do Ministério da Justiça, o ex-presidente da Funai pouco se empenhou para resolver o problema.

O ministro da Justiça, Iris Rezende, ainda não indicou o sucessor de Gaiger. O sertanista Sidney Possuelo — que já presidiu a fundação no governo de Fernando Collor — e o jornalista e ambientalista Washington Novaes eram os nomes mais cotados ontem para substituí-lo.

## RESISTÊNCIA

Novaes tem um duplo lobby. Ele foi secretário de Cultura de Iris Rezende em Goiás e de Meio Ambiente do ex-governador do Distrito Federal Joaquim Roriz.

Em Brasília, Novaes teria construído uma sólida amizade com o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Problemas de saúde, no entanto, o impediram de assumir o cargo.

Gaiger, terceiro presidente da Funai do governo Fernando Henrique Cardoso, dirigiu a Fundação por um ano e quatro meses. Sucedeu o ex-deputado Márcio Santilli.

Nesse período, chamou atenção por usar brincos e se vestir de índio durante os festejos do Quarup, no Parque Nacional do Xingu, ano passado.

Um dos autores do Decreto 1.775, que possibilitou a revisão da demarcação de terras indígenas, Gaiger não conseguiu levar adiante seu principal projeto na Funai, que era a reestruturação da fundação. "Faltou ajuda de todo o governo", diz Gaiger. "A Funai está isolada".

Em sua carta de demissão, ele avalia que a instituição é um produto de governos sucessivos que não tinham uma política indigenista aceitável.

"A resistência das comunida-

Luis Tajés 22/10/96



Em outubro de 1996, Gaiger chegou a ser raptado por xavantes insatisfeitos

des indígenas e de seus aliados foi construída diante de um Estado paternalista e autoritário", observa o ex-presidente.

## REJEIÇÃO

Segundo ele, ao iniciar as discussões sobre o programa de reestruturação do órgão — que pretendia extinguir algumas administrações regionais, entre outras medidas — sofreu uma grande rejeição por parte do governo, apesar de o Palácio do

Planalto ter encampado a idéia.

A demissão de Gaiger foi o único pedido feito pelas lideranças indígenas ao ministro da Justiça, Iris Rezende, quando ele assumiu o cargo, há dois meses.

No final do ano passado, Gaiger foi retirado à força do prédio da Funai por lideranças xavante, que já haviam feito o mesmo com seu antecessor, Márcio Santilli. Esse episódio deu início ao seu enfraquecimento diante do governo e das demais lideranças indígenas.

## MEMÓRIA

### UM ADVOGADO DE BRINCO E REFORMISTA

A passagem do advogado Júlio Gaiger pela Fundação Nacional do Índio (Funai) foi marcada por trapalhadas e confusões federais.

Ele entrou para a Funai pelas mãos do ex-ministro da Justiça Nelson Jobim, de quem é amigo pessoal e conterrâneo de Santa Maria (RS).

Logo que assumiu o cargo, Gaiger surpreendeu índios e brancos. Era o único dirigente do governo que usava brincos, cujo modelo trocava a cada semana.

Em agosto do ano passado, Gaiger foi fotografado com as nádegas de fora num banho noturno durante o Quarup — festa que celebra o fim do luto, no Xingu.

A queda de Gaiger se deve menos a essas curiosidades de comportamento do que a reforma administrativa que o advogado gaúcho queria tocar na Funai. Durante sua gestão, Gaiger reduziu de R\$ 250 mil para R\$ 30 mil por mês o gasto com diárias de chefes indígenas em visita a Brasília.

Os índios xavantes, os que mais se beneficiavam da regalia, invadiram seu gabinete e o seqüestraram. A paz entre Gaiger e índios não voltaria mais.

Resistência mesmo houve por causa do apoio de Gaiger ao decreto 1775, de autoria do ex-ministro da Justiça Nelson Jobim.

O decreto permite que as demarcações de 334 reservas indígenas — uma área quase do tamanho da Europa ocidental — possam ser questionadas na Justiça.